

TERRITÓRIOS DE INFÂNCIA E O LUGAR DOS BEBÊS

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet¹

¹Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Brasil

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar o conceito de infância como um território em disputa e localizar os bebês nesse território. Para isso, traça um panorama dos diferentes modos como a infância tem sido definida na produção acadêmica atual, estabelece relações com contos infantis amplamente conhecidos e aponta para o fato de que, se, por um lado, por muito tempo, as crianças foram invisibilizadas nas pesquisas em Ciências Sociais e Humanas, por outro lado, a própria categoria criança ainda hoje tem invisibilizado a especificidade dos bebês. Por fim, discute a presença dos bebês no contexto social que habitam e também nas pesquisas científicas, destacando sua presença e sua ação sobre os territórios que habitam.

Palavras-Chaves: Bebês, Crianças, Infância, Território

Abstract

This paper aims to present the concept of childhood as a disputed territory and place babies in this territory. To do so, it traces a panorama of different ways childhood has been defined on current academic production, establishes relationships with widely known children's tales and points to the facts of that, if, on the one hand, children were for a long time invisible in researches in Social and Human Sciences, on the other hand, the category child still has invisibilized the specificity of babies. Finally, paper discusses the presence of babies in the social context they live and also in the scientific researches, highlighting their presence and their action on the territories they inhabit.

Keywords: Babies, Children, Childhood, Territory

INTRODUÇÃO

Este artigo parte da compreensão da infância como um território conceitual que vem sendo construído de modos distintos no campo dos Estudos da Infância e que vem sendo disputado por pesquisadores de diferentes perspectivas teóricas, que a definem de modos distintos e reservam para os bebês espaços diferentes. Assim, iniciamos o artigo apresentando um panorama dos Estudos da Infância, evidenciamos as especificidades de cada território de infância, a partir de diálogo com elementos de histórias infantis bastante conhecidas, a partir de uma reflexão sobre a infância, a partir do diálogo com as histórias da Chapeuzinho Vermelho, da Gata Borralheira (Cinderela), da Turma da Mônica, do Pinóquio e da Alice no país das maravilhas. Por fim, apontamos para os lugares ocupados por bebês nos territórios da infância e no contexto social mais amplo, destacando o modo como a experiência espacial dos bebês impacta nos processos de subjetivação vividos por eles.

1. INFÂNCIA: TERRITÓRIO EM DISPUTA

Uma perspectiva histórica sobre o modo como a infância tem sido compreendida aponta para uma variação dessa compreensão ao longo do tempo. De acordo com James, Jenks e Prout:

Nós já temos visto que Ariès e De Mause, e todo um conjunto de historiadores que podemos chamar de neo-iluministas, têm produzido descrições da evolução do status da infância que têm certos princípios em comum. Esses princípios são: (1) que em certa época a infância, como categoria de pessoas, não fazia parte das percepções coletivas das sociedades; (2) que a infância e os modelos de cuidado infantil tomaram forma gradativamente; (3) que essa evolução tem aproveitado a nossa afeição às crianças, mas foi orientada pelo avanço de ideias relativas à filosofias da natureza humana, teorias de

educação, economias de capital humano, e da política de direitos humanos; (4) que as necessidades emocionais, físicas e psicológicas das crianças recebem cada vez mais atenção e (5) que o conjunto da experiência da infância na sociedade contemporânea desbanca a totalidade das anteriores manifestações históricas (JAMES; JENKS; PROUT, 1998, p. 153 – livre tradução).

Nesse sentido, os autores se remetem a um conjunto de pensamentos que denominam como Estudos das Crianças que não percebiam ou não se debruçavam sobre a ideia de infância. Desde meados do século XX, passamos a observar um conjunto de pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas que passam se interessar pelas questões relativas às crianças, não mais apenas do ponto de vista de seu desenvolvimento físico, mas do ponto de vista do lugar das crianças no contexto social e que, de algum modo, marcam o desenvolvimento do que hoje denominamos como Estudos da Infância.

Os estudos de Florestan Fernandes conduzidos ao longo da década de 1940 sobre o folclore infantil no Bom Retiro têm sido considerados como marco importante do que hoje apontamos como uma Sociologia da Infância brasileira. Mesmo sem adotar tal denominação, as pesquisas de Florestan Fernandes, nas décadas de 1940 e 1950, outras pesquisas desenvolvidas na Europa, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, e também as produções mais recentes trazem uma marca importante do campo sociológico, mas também as contribuições da Antropologia, da Filosofia, da Geografia e outros campos de saber e constituem o que hoje denominamos como “Estudos da Infância”.

No que diz respeito especialmente aos estudos que relacionam crianças, infâncias e territórios ou espacialidades, destacam-se as pesquisas realizadas por Cortés-Morales e Christensen (2014), Sumsion, Stratigos e Bradley (2014), Leite (2014), Holt (2013), Aitken (2013), Gallacher (2005), Clark e Moss (2011), Tebet (2015), Tebet e Abramowicz (2018), Oliveira (2016), dentre outros.

É a partir do mapeamento do modo como diferentes

disciplinas, abordagens teóricas e autores têm construído a ideia de infância que afirmamos que infância é um território em disputa e que os bebês, muitas vezes, são estrangeiros em tais territórios.

A partir de um diálogo com James, Jenks e Prout (1998), com Alanen (2012) e Tebet (2013, 2017), apresento a seguir um mapa dos estudos das crianças, dos estudos da infância e dos estudos de bebês, bem como suas linhas de conexões já estabelecidas (marcadas por linhas contíguas) e fronteiras nas quais algum diálogo é possível, mas as conexões ainda não se consolidaram (marcadas por linhas tracejadas).

Figura 1: Mapa dos Territórios conceituais para os Estudos das Crianças, Estudos da Infância e Estudos de Bebês



A ilustração mostra um conjunto de linhas e modos de compreender a infância, as crianças e os bebês, mas é possível que essas linhas se modifiquem ao longo da história e que novas linhas e conceitos surjam ou se esvançam, modificando a trama da rede neste momento esboçada.

Neste texto, transitaremos pelos territórios dos Estudos da Infância e discutiremos a infância como Etapa da Vida, como Estrutura Social, associada aos debates sobre a infância como geração e como campo relacional, a infância como Experiência e como Construção Discursiva, associada à ideia da infância como um dispositivo do poder. Durante esse trajeto, vamos apontar o modo como os bebês aparecem no território dos Estudos da Infância. O debate sobre os Estudos de Bebês e sobre cartografias das experiências de bebês em contexto de educação infantil pode ser acessado em texto publicado por Tebet e Abramowicz (2018).

A noção de território, mobilizada para se remeter aos territórios dos Estudos da Infância, é aqui usada a partir do diálogo com Guattari e Rolnik, que afirmam que:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. (...) O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 323).

Vamos olhar para a infância como um território. Um conjunto de projetos e representações que orientam nosso comportamento e investimento nas crianças. Nessa perspectiva, concordamos com Jader Janer Lopes ao ponderar que:

Ao partirmos da perspectiva que os territórios de infância são espaços de conflitos e embates de diferentes forças sociais que buscam coabitar as crianças para suas áreas de atuação, estamos afirmando que essas interações sofrem rupturas, modificações e novas aproximações na medida em que ocorrem novos re-arranjos no espaço-tempo das sociedades. É nessa perspectiva que buscamos compreender como os territórios de infância estão se configurando em tempos de uma nova organização do capital. (LOPES, 2006, p.7)

Por fim, o autor (*idem*) nos questiona “Quais os projetos de infância dos diferentes agentes que produzem? Essa é uma questão central e é a partir dela que desenvolvemos este texto, buscando evidenciar diferentes projetos/concepções de infância que têm sido produzidos por estudiosos da infância na contemporaneidade. Cada um desses projetos/concepções de infância pode ser compreendido como um território distinto, na perspectiva oferecida por Guattari e Rolnik (1986). Podemos dizer, portanto, que configuram “Territórios de infância”, que orientam nossas ações e conformam a experiência vivida pelas crianças.

A infância, nesse sentido, é território em disputa. Território que vem sendo construído e significado por diferentes atores, cada qual imprimindo a esse território suas marcas.

A figura 1 explicita que, nos Estudos das Crianças, ou abordagens pré-sociológicas das crianças - como denominam James, Jenk e Prout (1998) -, os bebês aparecem apenas na abordagem da criança naturalmente desenvolvida, que tem como principal precursor Jean Piaget e visa ao desenvolvimento do modelo da racionalidade adulta.

No âmbito dos Estudos da Infância, fica evidente o conjunto distinto de significados e enfoques que o termo

infância assume, bem como o modo como os bebês são percebidos/definidos em cada um deles e como essas diferentes percepções dos bebês abrem possibilidades para pesquisas específicas que ajudarão a consolidar o território dos Estudos de Bebês, como um território específico, que pode se relacionar com o território dos Estudos da Infância, mas que não seja totalmente dependente dele.

A seguir, teceremos algumas reflexões sobre cada uma das formas como o território da infância vem sendo traçado, associando a cada território uma narrativa bastante difundida nas sociedades ocidentais (contos infantis) que marcam as experiências de grande parte das crianças e que nos ajudam a compreender as diferentes construções de infâncias que têm sido forjadas na produção acadêmica.

2. INFÂNCIA COMO ETAPA DA VIDA: O CAMINHO DA CHAPEUZINHO VERMELHO

Na perspectiva da infância como etapa da vida, o foco são as crianças e o seu desenvolvimento rumo a um modelo de ser humano adulto e portador de uma racionalidade abstrata. O objetivo é tornar-se um ser humano sério e competente em suas atribuições.

Esse território poderia muito bem ser ilustrado pelo caminho trilhado pela Chapeuzinho Vermelho, que sai de casa sabendo exatamente onde deve chegar (a casa da vovó, que aqui é relacionada à idade adulta). Nessa história, pode haver variações de rota e imprevistos no caminho. É possível colher flores ou encontrar um lobo no caminho, mas nada disso importa, uma vez que o foco é o destino que não se altera: seja pelo caminho mais longo, ou pelo mais curto, há que se chegar à casa da vovó. No território da infância como etapa do desenvolvimento, há que se atingir a vida adulta e o modelo de racionalidade e autonomia do mundo adulto, com tudo o que isso implica. Nesse processo, o caminho escolhido não é tão importante quanto atingir o destino previamente definido.

Trata-se da base do pensamento de Piaget. Ainda

que o autor não se remeta especificamente ao termo bebê, ao descrever os estágios do desenvolvimento infantil, indica três fases do desenvolvimento (fig.2) que correspondem ao que ele denomina como “Período de lactância”, caracterizado como aquele período anterior à infância e ao desenvolvimento da linguagem e do pensamento. Segundo o autor, esse período envolve o estágio dos reflexos do recém-nascido, o estágio dos primeiros hábitos motores do lactente e o estágio sensório motor, que se prolonga até o desenvolvimento da linguagem.

Figura 2: Estágios do desenvolvimento infantil na teoria de Piaget.

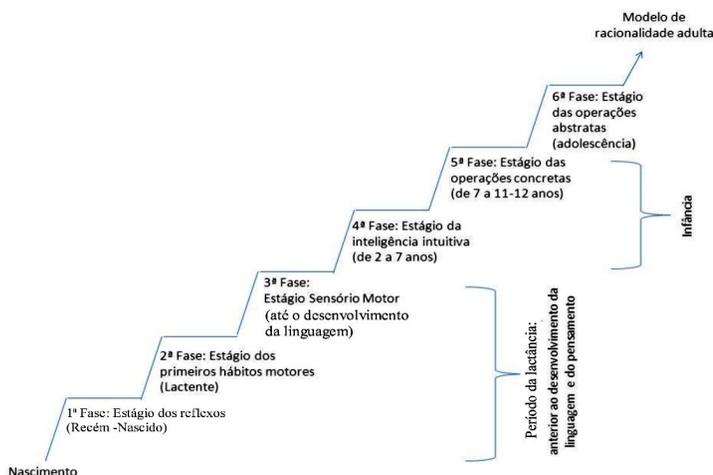


Figura elaborada a partir da apresentação dos estágios de desenvolvimento de Piaget (2002)¹

Como se observa na figura 2, o pensamento de Piaget compreende os bebês como a primeira etapa do desenvolvimento humano, habitando um período definido como período de lactância (ideia associada ao aleitamento) e que não se confunde com a infância, sendo anterior a ela.

¹ Figura elaborada a partir da Figura 1.2 do livro de Corsaro (2011, p. 37) que se remete à visualização linear do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a infância é algo negativo, ligado à imaturidade e algo a ser superado no processo de desenvolvimento do ser humano. Em geral, algo associado a uma etapa da vida definida em termos de idade. Essa perspectiva também pode ser encontrada na legislação brasileira atual, em que a infância é a etapa da vida que se estende até os doze anos de idade, quando o ser humano deixa de ser considerado uma criança e passa a ser considerado um adolescente, conforme definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

3. A INFÂNCIA COMO ESTRUTURA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DA GATA BORRALHEIRA

A construção do território da infância compreendida como estrutura social tem, como um de seus principais expoentes, o pesquisador dinamarquês Jens Qvortrup.

O texto “Nove teses sobre a infância como fenômeno social”, publicado no Brasil, em 2011, o autor destaca a influência exercida sobre as crianças por aspectos macroeconômicos como a dívida internacional, as propostas de ajustes estruturais feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países do terceiro mundo, o tratado de Maastrich ou a crise dos mercados financeiros. A partir de tal ponderação e considerando que as crianças são parte da sociedade e do mundo, aponta a importância de incluí-las nas análises sobre economia global, bem como sobre políticas mundiais e nacionais, tanto científica como politicamente. Este é um tema abordado também em Qvortrup (2000), que defende a importância da categoria geração para as pesquisas sociológicas sobre a infância e afirma, como no primeiro texto, que a infância é uma estrutura que se mantém, mesmo quando as crianças crescem e passam a integrar outra estrutura geracional, na medida em que outras crianças se apropriarão de tal estrutura. Não se trata, portanto, de uma etapa da vida de uma pessoa específica, mas, sim, uma parte da estrutura social.

No território da infância como estrutura social, geração é um conceito chave que permite afirmar a infância como parte

permanente da estrutura da sociedade, participando da divisão social do trabalho (QVORTRUP, 2001) e do conjunto das dinâmicas sociais. O autor aponta que, nos modos de produção pré-modernos, a criança, de fato, tinha uma participação na divisão do trabalho produtivo e que, na modernidade, o trabalho da criança é a escola. Como o trabalho escolar infantil possui papel importante na economia moderna, podemos dizer que as crianças continuam participando da divisão do trabalho.

Nesse sentido, a história da Gata Borralheira (Cinderela) ilustra a ideia de infância em que existe um papel específico atribuído às crianças na divisão do trabalho em que elas sempre são dependentes e sujeitas ao poder dos adultos, que determinam e impõem seu lugar na estrutura social. A história também ilustra a dependência infantil em relação aos adultos. No conto, com a morte da mãe e, depois, a morte do pai, a menina fica sujeita à madrasta, que a explora para os afazeres domésticos.

A relação com a abordagem estrutural se dá na medida em que, dentre as principais questões que orientam os estudos da infância nesse território, estão as seguintes: Qual é a posição da infância na estrutura social da sociedade moderna? Como se cuida ou se presta atenção à infância no conjunto das macroforças que influenciam as vidas das crianças?

Ainda no âmbito da perspectiva da infância como parte da estrutura social, podemos destacar a perspectiva estrutural relacional mais pautada nas relações de poder (ALANEN, 2001, 2014; MAYALL, 2000, 2010.) e, ainda, podemos ressaltar as influências do conceito geração para a ideia da infância como grupo de pares infantis (CORSARO, 2011; FERNANDES, 1961, dentre outros).

4. INFÂNCIA COMO GERAÇÃO E RELAÇÃO DE PODER: A TURMA DA MÔNICA E OS GRUPOS INFANTIS

Este território da infância como relação de poder é desenvolvido em especial por Alanen e Mayall. Para Alanen (2001, p.11), é importante reconhecermos que “a infância é um fenômeno

essencialmente *geracional*. A autora propõe um pensamento relacional nos Estudos da Infância, que pode se desenvolver tanto em termos de relações externas, como em termos de relações internas à categoria infância.

Em termos de *relações externas*, as definições de crianças são feitas a partir de um conjunto de similaridades observáveis e atributos compartilhados entre os indivíduos, dentre os quais, em geral, a *idade* é mais comum, mas não é o único. Por outro lado, uma abordagem que parta da análise das *relações internas* foca as conexões entre as relações infantis e o mundo social. Dessa forma, “a noção de estrutura ou ordem geracional se refere ao complexo conjunto de processos sociais por meio dos quais pessoas se tornam (são construídas como) ‘crianças’ enquanto outras pessoas se tornam (ou são construídas como) adultos.” (ibidem, p.20-21 livre trad.).

Na perspectiva da infância enquanto grupo geracional, estudos como os de Florestan Fernandes, sobre os grupos infantis (trocinhas) do Bom-Retiro, e os trabalhos de Corsaro, sobre os grupos de pares, que têm se voltado para o estudo das culturas infantis, podem ser pensados a partir de um diálogo com a Turma da Mônica.

As crianças da Turma da Mônica constituem um grupo de pares que partilha valores, rotinas e rituais de interação. Podem ser compreendidas como um grupo de pares infantis (ou trocinha), com todas as relações internas, ações infantis e relações de poder que vão constituindo a infância nesse território.

Para Alanen (2001), há uma relação de interdependência entre as categorias adultos e crianças e a noção de ação social está intrinsecamente ligada à noção de “poderes” (ou da falta de poderes) que as pessoas que ocupam o lugar social das crianças têm para influenciar, organizar, coordenar e controlar eventos que tomam lugar em seus mundos, todos os dias. Para a autora, “a fonte de sua ação social, na qualidade de crianças, deve ser encontrada na organização social das relações geracionais” (ALANEN, 2001, p. 21). É por essa razão que o conceito “geração” é tomado como “um conceito central para desenvolver entendimentos sociológicos da infância”, conforme destaca Alanen (idem).

Em 2009, Alanen começa a defender o conceito de ordem geracional² em contraposição à noção de geração, como forma de fortalecer uma perspectiva estrutural-relacional nos Estudos da Infância, na qual o foco são as relações geracionais.

É nessa perspectiva que podemos estabelecer uma aproximação entre os territórios da infância como relação de poder e como geração/grupo de pares, uma vez que ambos assumem “geração” como categoria central para definir as culturas compartilhadas no interior da “infância”, mas devemos também observar as especificidades de cada um dos territórios em questão. A afirmação de Corsaro (2011), logo no início de seu livro *Sociologia da Infância*, é significativa, na medida em que sustenta que a infância seria uma forma estrutural no interior da qual as crianças produzem e partilham culturas de pares infantis.

A principal diferença entre os estudos de Corsaro, sobre os aspectos comuns às crianças, e a abordagem defendida por Qvortrup refere-se ao fato de que os estudos de Corsaro partem da compreensão de que existe um “mundo das crianças” a ser estudado, enquanto, para Qvortrup, esse mundo das crianças não existe, já que elas estariam sujeitas às mesmas forças estruturais que os adultos e essas forças é que deveriam ser estudadas.

5. CONSTRUCIONISMO SOCIAL E INFÂNCIA COMO DISCURSO (E COMO DISPOSITIVO DO PODER): O QUE A HISTÓRIA DE PINÓQUIO TEM A NOS DIZER?

É possível que hoje uma das afirmações mais recorrentes nos trabalhos sobre a infância seja a de que ela se constitua como uma construção social. Todavia, não se trata de um conceito homogêneo. De acordo com Jenks (2005), a ideia de infância como construção social se desenvolveu basicamente a partir de duas perspectivas, ou duas redes de sentidos, quais sejam:

2 De acordo com Alanen (2009), “uma ordem geracional é uma rede de relações entre categorias geracionais que estão posicionadas e agem em necessária inter-relação umas com as outras”

Um sentido forte da construção social da infância seria o tipo de historicismo que vê a criança como um produto do seu tempo e das condições materiais, uma espécie de criança marxista que é determinada pela sua relação com os meios de produção: os meios dos cuidados parentais; ou até os meios de provisão educativa, por exemplo. (...)

Um sentido fraco da construção social da infância estaria na natureza de uma espécie de teoria do discurso que poderia afirmar que a criança é considerada um ser através dos modos discursivos dominantes que existem, relacionando-se com a idade, dependência e desenvolvimento (BURMAN, 1994) ou a família, por exemplo (JENKS, 2005, p. 61).

O primeiro é aquele encontrado, sobretudo, na Sociologia da Infância Estrutural Categorical de Qvortrup. Para esse autor:

A noção de desenvolvimento da infância faz referência ao seu desenvolvimento histórico, ao desenvolvimento da arquitetura da infância. Em primeiro lugar, ela não é compreendida em termos de uma construção social no sentido pós-moderno, mas de um modo muito mais simples, como o resultado da relação entre inúmeros parâmetros que são externos à criança. A formação da infância como um fenômeno social ocorre por meio de uma dinâmica de interação entre parâmetros encontrados nos campos econômico, social, político, cultural e tecnológico (QVORTRUP, 2000, p. 106-107).

O segundo sentido é aquele que marca a Sociologia do

Discurso das Crianças e da Infância e que problematiza o modo como os conceitos científicos são construídos para sustentar relações hierárquicas desiguais entre homens e mulheres, crianças e adultos etc. Uma vez explicitadas tais diferenças, podemos compreender, portanto, que, quando Qvortrup afirma que a infância é uma construção social, há um significado distinto daquele defendido por James, Jenks e Prout (1998), por exemplo.

Assim, ainda que, em diversos territórios dos Estudos da Infância, seja possível encontrarmos referências à ideia da infância como uma construção social, nem todas as abordagens podem ser incluídas sob o rótulo do “Construcionismo Social”. Esse termo deriva de um movimento ocorrido na Europa e Estados Unidos a partir dos anos 1970 e 1980 que “problematizou e desestabilizou todo e qualquer conceito consagrado sobre a infância, lançando-lhe um olhar relativista. Este enfatizou a especificidade histórica e temporal da infância e dirigiu o foco à sua construção através do discurso” (PROUT, 2010, p. 731).

Essa compreensão é também afirmada por Qvortrup. De acordo com o autor:

É comum falar sobre a infância como uma construção social; eu mesmo usei essa frase diversas vezes, mas debates com e leituras de outros colegas britânicos me levaram a pensar que eu possa ter interpretado mal este conceito. Sua compreensão apropriada parece ser a de que a infância é construída no discurso; algo que é negociado e constituído enquanto estamos falando a seu respeito (QVORTRUP, 1999a, p.5, livre tradução).

Tal passagem ilustra a diferença existente entre as diferentes abordagens da infância no que diz respeito à sua afirmação como construção social.

De modo geral, a afirmação de que a infância é uma construção discursiva se assenta na obra de Ariès, que destaca que

a infância é uma construção social que orienta o modo como a sociedade se relaciona com as crianças.

Tendo em mente a compreensão da infância como um discurso, podemos nos remeter à história de Pinóquio e às orientações da fada, sempre reforçadas pelo grilo falante dizendo ao boneco: “Você precisa ir à escola para se tornar uma criança de verdade”. Em nossa sociedade, diversos são os atores e instituições que produzem e reproduzem discursos sobre a infância e sobre o que é necessário para alguém ser uma “criança de verdade”.

Ainda que essa perspectiva da infância como discurso não tenha se debruçado exatamente sobre a construção social dos bebês, ela abre caminho para estudos no campo da História e também no campo da Filosofia, ao discutir a produção da imagem de criança e a imagem de bebê, tal como propõe Leclercq (2002). A ideia de infância como discurso também se faz presente na perspectiva da infância como dispositivo (CORAZZA, 2001, 2017; MORUZZI, 2017; TEBET, 2017), a partir de um diálogo com Foucault, Deleuze e Agambem.

Em um texto publicado originalmente em 1977, Deleuze, ao discorrer sobre os dispositivos do poder, aponta para a distinção entre o modo como compreende os dispositivos e como se diferencia de Foucault: “Michel diz que eles normalizam e disciplinam; eu diria que codificam e reterritorializam” (DELEUZE, 2016, p.131).

De acordo com Moruzzi (2017, p. 286),

Se a infância é uma invenção, uma fabricação da modernidade, produzida no interior dessa rede complexa de poderes e saberes que constituem diferentes práticas, entre elas as pedagógicas e as médicas, e ainda, se essa invenção possui algumas funções estratégicas, é possível compreender que a infância, tal como a sexualidade, é também um dispositivo histórico do poder.

E ainda:

é possível sugerir que a infância é um dispositivo do poder-saber que, por meio de diferentes modos de objetivação, que por sua vez estão inseridos em diferentes práticas, produzem os sujeitos infantis. Os sujeitos infantis são, portanto, constituídos por esse dispositivo – o dispositivo da infância. (MORUZZI, 2017, p. 292)

Para Tebet (2017), o debate sobre a infância como dispositivo (FOUCAULT, 2011; DELEUZE, 1990; CORAZZA, 2017; MORUZZI, 2017) nos aponta algumas linhas para o estudo dos bebês. Poderíamos nos perguntar, nessa perspectiva: Seriam os bebês contradispositivos? Seriam eles governáveis? Estas são questões para outra ocasião. Por ora, a partir da ideia de que o território conceitual da infância invisibiliza os bebês, vamos nos deter sobre o lugar dos bebês nos debates contemporâneos sobre a infância.

6. INFÂNCIA COMO EXPERIÊNCIA: SEGUINDO ALICE, NO PAÍS DAS MARAVILHAS.

Este território pensa a infância como experiência a-temporal, ligada ao aion, e também como experiência geográfica, relativa à dimensão (métrica) dos objetos, móveis, e das pessoas adultas em relação às crianças e aos bebês e ao modo como o seu tamanho implica um tipo de experiência espacial e relacional de natureza muito específica.

A perspectiva que argumenta em prol da infância compreendida como uma experiência a-temporal e não cronológica se remete à noção de tempo intempestivo, desenvolvido por Deleuze a partir de Nietzsche. Essa perspectiva argumenta que:

A ideia da infância carrega possibilidades de acontecimento, inusitado, disruptivo, escape que nos interessa para pensar a diferença. O que se quer dizer é que a experiência da infância não está vinculada unicamente à idade, à cronologia, a uma etapa psicológica ou a uma temporalidade linear, cumulativa e gradativa, já que ligada ao acontecimento; vincula-se à arte, à inventividade, ao intempestivo, ao ocasional, vinculando-se, portanto, a uma des idade. Dessa forma, como experiência, pode também atravessar, ou não, os adultos (BARROS, MUNARI e ABRAMOWICZ, 2017, p.122).

Ao contrário do que ocorre em outros territórios, neste seria possível dizer que a infância atravessa também os bebês, uma vez que ela não está relacionada a uma idade específica, mas, sim, a uma experiência no tempo *aion*, uma experiência da diferença, da inventividade. Devir-Criança, de acordo com Deleuze.

A ideia da infância como experiência pode ser ilustrada pela história da Alice no país das maravilhas, como bem indicam Munari, Barros e Tebet (2015). Uma experiência sem destino, em que um ser se deixa levar pela curiosidade gerada pelo encontro com o inusitado. Esse inusitado pode ser representado pelo coelho com um relógio tirado do colete, presente na história de Alice no país das maravilhas. No território da infância como experiência, não é o ponto final do desenvolvimento infantil que importa e, sim, o trajeto, um fluxo de intensidade e de desejo que desterritorializa o território que se habita. Um trajeto que, tal como o percorrido pela personagem Alice, não sabemos onde nos leva, mas que nos permite encontros nunca antes vividos e nos impacta de modo muito particular. Nesse sentido, a infância é uma experiência. É o que nos atravessa, nos modifica. E isso independe da idade de quem vive a experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PARTIR DO TERRITÓRIO DA INFÂNCIA COMO EXPERIÊNCIA, ALGUMAS LINHAS PARA PENSARMOS A EXPERIÊNCIA ESPACIAL DE SER BEBÊ

Partindo da ideia da infância como experiência, podemos dizer que ela também atravessa os bebês (como atravessa crianças e adultos). Essa perspectiva nos permite ainda pensar nas experiências espaciais que vivemos. Quando pensamos nos lugares ocupados pelos bebês hoje, é possível que identifiquemos um conjunto de ideias, tais como as destacadas a seguir.

Figura 3: Lugar de Bebê



São discursos produzidos sobre os bebês que determinam experiências específicas. Cada um desses lugares possibilita aos bebês um tipo de experiência distinta e processos de subjetivação muito particulares que irão significar o espaço, transformando-o em um lugar com características próprias. Nesse sentido, o diálogo com Tuan é potente.

Yi-Fu Tuan busca distinguir o espaço indiferenciado do lugar significado. Outra ideia muito expressiva (...) é a de que o lugar é construído a partir de experiências e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem.

Tuan ajudou a difundir, a partir dos anos 1970, uma

Geografia humanista entendida a partir da experiência geográfica do sujeito. Marandola Jr. assim descreve o pensamento do autor no prefácio ao livro de Tuan:

(...) Ao construir sua diferenciação fundamental entre espaço e lugar, o autor acabou refundando epistemologicamente a Geografia, pois articula esses dois conceitos a partir da proximidade e distância, da intimidade e da indiferenciação, do envolvimento e do não-envolvimento, afastando-se das epistemologias vigentes até então, que entendiam o espaço ou como absoluto ou como relativo, mas sem considerar o sujeito. Para Tuan, a pausa seria a chave, pois é por meio dela que se torna possível marcar esse espaço na experiência, deformá-lo, senti-lo de forma específica, significá-lo. Esse era um passo fundamental para a construção de uma geografia experiencial e humanística, centrada no sujeito (MARANDOLA JR in: TUAN, 2013, p. 8).

No que se refere aos bebês e seus lugares, Tuan afirma que, “para a criança, lugar é um tipo de objeto grande e um tanto imóvel (...) Por exemplo, a cadeira de bebê é o seu lugar”(TUAN, 2013, p. 43). A partir de tal ideia, podemos dizer que tanto a cadeira do bebê, como o berço e outros são lugares habitados e também produzidos pelos bebês a partir das relações que estabelecem e do modo como vivenciam cada objeto-lugar.

Para Tuan (2013, p. 18), “a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experiência é aprender; significa atuar sobre o dado e criar sobre ele (...) experiência é vencer os perigos”.

Se a noção de lugar está ligada à experiência e tendo em vista a definição dos processos de individuação associadas à resolução de problemas tal como indicam Simondon (2003) e Barros (2017), então, parece-nos possível pensar que toda individuação produz um

lugar. Ou, se quisermos dialogar com Deleuze e Guattari, poderíamos dizer que toda individuação produz des-territorializações.

A relação estabelecida entre os conceitos desses autores fundamenta-se na compreensão de lugar proposta por Tuan, que relaciona lugar a algo que não se limita a contextos fixos no espaço, não se limita apenas a localidades, mas, por um lado, pode envolver seres humanos e, por outro, pode se confundir com objetos.

Segundo ele, “o primeiro ambiente que a criança descobre é seus pais” (TUAN, 2013, p. 35). Em outra passagem, afirma que, “se definirmos lugar de maneira ampla como um centro de valor, de alimento e de apoio, então a mãe é o primeiro lugar da criança” (TUAN, 2013, p.42,) e, mais adiante, reafirma que “para a criança pequena, os pais são seu ‘lugar’ primeiro” (ibidem, p. 169, grifos meus).

Em um sentido um pouco diverso, Deleuze afirma que as crianças (e os bebês) estão sempre explorando lugares, sempre envolvidas em “explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente” (DELEUZE, 1997, p. 73). De acordo com o autor:

Não existe momento algum em que a criança não esteja mergulhada num meio atual que ela percorre, em que os pais como pessoas só desempenham a função de abridores ou fechadores de portas, guardas de limiares, conectores ou desconectores de zonas. Os pais estão sempre em posição num mundo que não deriva deles. Mesmo no caso do bebê, os pais se definem em relação a um continente-cama como agentes nos percursos da criança (DELEUZE, obra citada, p. 74).

Aqui os pais não são compreendidos como lugares, mas sim como agentes dos percursos das crianças, definidores e conectores de lugares. Agentes de poder e, muitas vezes, de controle.

Se, por um lado, as experiências vividas por nós em espaços

e paisagens diversas nos produzem como sujeitos e como indivíduos, por outro lado, elas também produzem lugares e, em ambos os casos, os bebês não são apenas elementos do espaço, mas, sobretudo, estão sempre a produzir lugares e definir seus lugares no espaço e na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 15-21.

AITKEN, S. (Ed.). **Global childhoods: Globalization, development and young people**. Routledge, 2013.

ALANEN, L.. Explorations in generational analysis. In: ALANEN; MAYALL. **Conceptualizing Child-Adult Relations**. London, New York: Routledge/Falmer, 2001. p. 11-23.

_____. Repensando a infância, com Bourdieu. **Revista NUPEM** 6.11 p.39-55, 2014.

_____. Generational Order. In: QVORTRUP, J.; CORSARO, W.; HONIG, M. **The Palgrave Handbook of Childhood Studies**. London: Palgrave Macmillan, 2009a. p. 159-174.

_____. L'infanzia come concetto generazionale. In: HENGST; HEINZ; ZEIHNER, H. (orgs.). **Per una Sociologia dell'infanzia**. Milão: Franco Angeli, 2012.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

BARROS, G. de A.; MUNARI, S. R.; ABRAMOWICZ, A. Educação, Cultura e Subjetividade: Deleuze e a Diferença. **Revista Eletrônica de Educação - REVEDUC**, v. 11, n. 1, p. 108-124, 2017.

BRASIL, Lei Federal. 8069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, DF, 1990.

CORTÉS-MORALES, S.; CHRISTENSEN, P. Unfolding the pushchair. *Children's Mobilities and Everyday Technologies. Research on education and media*, v. 6, n. 2, p. 9-18, 2014.

CLARK, A.; MOSS, P. **Listening to young children: the mosaic approach**. 2. ed. Londres: NCB, 2011

CORAZZA, S. O que quer um currículo. **Pesquisas pós-críticas em educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Pensamento da diferença na pesquisa em educação: Era uma vez ... Quer que conte outra vez? As gentes pequenas e os indivíduos. In: ABRAMOWICZ, Anete e TEBET, G.. **Infância e pós-estruturalismo**. São Paulo: Porto de Ideias, 2017.

CORSARO, W. A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre. Artmed, 2011.

DELEUZE, G. “¿ Qué es un dispositivo?” In : _____. Michel Foucault, filósofo . Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161 – O que é um dispositivo? Tradução para o português: Wanderson Flor do Nascimento) – mimeo.

_____. O que as crianças dizem. In: _____. **Crítica e Clínica**. Tradução de Peter Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 73-79.

DELEUZE, G. **Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)**. Ed. David Lapoujade. Trad. Guilherme Ivo. Rev. Luiz. BL Orlandi. São Paulo: Editora, v. 34, 2016.

FERNANDES, F. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Anhambí, 1961.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2011.

GALLACHER, L. ‘The terrible twos’: Gaining control in the nursery?, *Children's Geographies*, 3:2, p. 243-264, 2005.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**.

Petrópolis: Vozes, 1986.

HOLT, L. “Exploring the emergence of the subject in power: infant geographies.” **Environment and Planning: Society and Space** 31.4, p. 645-663, 2013.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. **Theorizing childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998.

JENKS, C. Investigação “Zeitgeist” na infância. In: CHRISTENSEN, P; ALLISON, J. (Org.). **Investigação com Crianças - Perspectivas e Práticas**. Porto: Paula Frassinetti, 2005.

LECLERCQ, S. Deleuze e os bebês. In: **Educação & Realidade** 27.2, 2002.

LEITE, C. D. P. “**O que pode a imagem**”, vídeo. 2014. Disponível on line in: <https://www.youtube.com/watch?v=cojvOJWmEIY>

LOPES, J; J; M. Produção do território brasileiro e produção dos territórios de infância: por onde andam nossas crianças?. **ANAIS da 29ª reunião anual da ANPED**, Caxambu, Minas Gerais, 2006.

_____. Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infância. **Revista Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 65-82, 2013.

MAYALL, B. Relações geracionais na família. In: MÜLLER, F. **Infância em perspectiva: política, pesquisas e instituições**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010. p. 165-186

_____. The sociology of childhood in relation to children's rights. **The International Journal of Children's Rights**, v. 8, n. 3, p. 243-259, 2000.

MORUZZI, A. B. A infância como “dispositivo”: uma abordagem Foucaultiana para pensar a educação. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 22, n. 2, p. 279-299, 2017.

MUNARI, S.; BARROS, G. A.; TEBET, G. G. C. Educação Infantil na toca de Alice: encontros e territórios e corpos e mapas e cartografias e

educação. In: **Anais 4º Seminário Internacional Educação Infantil e Pós-estruturalismo**, 2015, São Carlos., 2015

OLIVEIRA, J. Y; T. **Trajétórias e caminhos: uma cartografia dos bebês**. Tese de doutorado. CECH - PPGE/UFSCar. 2016 150p.

PROUT, A. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez./2010.

SIMONDON, G. A gênese do indivíduo. In. PELBART, P. P.; COSTA, R. (Org.) **Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto**. Tradução de Ivana Medeiros. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 97-117.

SUMSION, J.; STRATIGOS, T.; BRADLEY, B. Babies in Space. In: HARRISON, L.; SUMSION, J. **Lived Spaces of Infant-Toddler Education and Care: Exploring Diverse Perspectives on Theory, Research and Practice**. **International perspectives on early childhood education and development**, v. 11, Springer Netherlands, 2014

TEBET, G.; ABRAMOWICZ, A. O bebê interroga a sociologia da infância. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 41, 2014.

_____. Estudos de Bebês: Linhas e perspectivas de um campo em construção. In: **Revista ETD- Educação Temática Digital**. No prelo (2018).

TEBET, G. G. de C. Bebês, Cartografia e Máquinas de Individuações. In: **Revista Alegria** - nº16 - Dez/2015.

TEBET, G. G. de C. Desemaranhar as linhas da infância: elementos para uma cartografia in: ABRAMOWICZ, A. e TEBET, G. **Infância e pós-estruturalismo**. São Paulo: Porto de Ideias, 2017. pp. 135 - 156

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. 01 ed. Londrina: Eduel, 2013. 248 p.